



Carta aos delegados do 14º Congresso Nacional da CUT (CONCUT)

A Corrente Proletária/Partido Operário Revolucionário (POR) apresentou e defendeu nos CECUTs resoluções de acordo com o temário estabelecido pela direção. Respondeu aos seguintes pontos: Conjuntura Internacional, Conjuntura Nacional, Estratégia da CUT e Plano de Lutas.

Passados dois meses da realização dos CECUTs, vemos a rapidez com que a crise internacional se agravou e a crise nacional tende a se agravar. As condições de vida dos trabalhadores brasileiros continuam a ser marcadas pelo alto desemprego, subemprego e informalidade, bem como pela redução da média salarial e da manutenção de um salário mínimo de fome. A guerra do Estado sionista de Israel contra os palestinos da Faixa de Gaza obrigatoriamente exige um posicionamento da classe operária e dos demais oprimidos do mundo todo, tal qual tem exigido a longa guerra na Ucrânia.

Este 14º Congresso Nacional da CUT tem o dever de armar a classe operária e os demais explorados para enfrentar não só a crise presente, como também para se preparar diante do previsível agravamento das contradições do capitalismo em decomposição, que é de ordem internacional e que se manifesta com particularidades no Brasil. Não há outra via das organizações sindicais e políticas do proletariado de reagirem à crise mundial e nacional a não ser pela luta de classes. A diretriz sindical que leva à colaboração de classes desarma os explorados diante dos ataques dos capitalistas e de seus governos às condições de existência da maioria oprimida, que já são marcadas pela pobreza e miséria.

Nos CECUTs, ficou patente a esmagadora força da política de colaboração de classes. Em sua base, se manifestou a orientação de apoio ao governo Lula, alicerçada na falsa caracterização de que se trata de um “*governo popular, democrático e progressista*”. Essa fórmula esvazia completamente o caráter de classe do governo e se apoia em alguns aspectos que o diferencia do governo Bolsonaro de ultradireita.

Um Congresso sindical não pode se guiar por qualquer proposição que oculte o caráter de classe do governo burguês, seja de direita, ultradireita ou esquerda. Certamente, tem de diferenciar as particularidades dos governos, por necessidade da tática de luta, mas sem deixar de evidenciar o seu conteúdo de classe, que sempre é burguês. O governo direitista ou ultradireitista impõe suas medidas capitalistas aos explorados, valendo-se dos métodos e meios ditatoriais que excluem a colaboração de classes. O governo de esquerda - no caso do atual governo do PT, é de centro-direita, de frente ampla - procura se valer dos métodos e meios democráticos para impor medidas semelhantes, contando para isso com a política de colaboração de classes. A experiência com os governos de direita mostra que se chocam com a política de conciliação de classes da burocracia sindical, que não encontra espaço no Estado para negociar o arrefecimento dos brutais ataques à vida das massas.

O governo golpista de Temer, que compareceu como uma ditadura civil, impôs a reforma trabalhista e avançou a terceirização, sem que as direções sindicais pudessem

interferir, embora tivessem tentado. Bolsonaro foi eleito, derrotando o candidato do PT. A ditadura civil de Temer serviu de transição, para restabelecer a via eleitoral. Bolsonaro se projetou como expressão da ultradireita burguesa e pequeno-burguesa sobre a base do golpe institucional que derrubou o governo Dilma, que era um governo de conciliação de classes. Por meio do voto popular, se constituiu um governo de ultradireita.

Lula retornou ao poder nas condições de crise de governabilidade. O governo de ultradireita se mostrou incapaz de unificar a burguesia em torno às respostas de enfrentamento à pandemia. Essa divisão foi fundamental para Lula recuperar seus direitos políticos. O denominado movimento pela defesa da democracia esteve condicionado pela divisão interburguesa. O resultado desse processo desembocou na constituição de um governo de frente ampla. Partidos que foram responsáveis pelo golpe de Estado de 2016, pela sustentação da ditadura civil de Temer e pela constituição do governo de ultradireita passaram a integrar o governo Lula. Essa composição é muito importante para a caracterização do governo burguês de centro-direita. A implicação desse formato político está em que Lula assenta a governabilidade sobre partidos de centro-direita. Mostrou-se de início incapaz de se colocar pela revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro.

O governo de frente ampla não teve outra via a não ser se submeter ao Centrão que comanda o Congresso Nacional. A fórmula de “*governo popular, democrático e progressista*” esconde o fato do governo eleito pelo voto popular não ter independência política diante da oligarquia burguesa que, em última instância, determina a governabilidade. Esse conteúdo concreto evidencia o caráter burguês do governo Lula. Os sindicatos devem se colocar por uma estratégia própria de poder da classe operária, embora não seja um partido. Isso depende da direção. Se os dirigentes estiverem vinculados a partidos burgueses, mesmo que seja de esquerda, imporão aos sindicatos a estratégia de um governo burguês. É o caso da CUT, cuja direção expressa a política do PT, que é a do “*governo popular, democrático e progressista*”. A estratégia de poder da classe operária se concentra na luta por um governo operário e camponês, que resultará da revolução social. Uma direção que não se guie por essa estratégia fatalmente arrastará a central para a política de colaboração de classes. Esse é o problema fundamental que está posto ao 14º CONCUT, nas condições em que avança a crise mundial e nacional.

As resoluções apresentadas pela Corrente Proletária/POR aos CECUTs tiveram por base a rejeição do apoio das organizações sindicais ao governo Lula. Os seus delegados defenderam a organização independente dos trabalhadores em torno a um programa próprio de reivindicação e à bandeira de oposição revolucionária ao governo de frente ampla. Não tivemos força para influenciar os delegados, de forma que se constituísse no seu interior uma fração classista e revolucionária. No entanto, a situação objetiva demonstra que a posição ultraminoritária da Corrente Proletária/POR está de acordo com as necessidades

do explorados e com as tendências da luta de classes. Esta Carta aos delegados do CONCURT visa a mostrar a importância de se lutar nas condições mais difíceis pela independência política, ideológica e organizativa dos sindicatos, que se acham amplamente controlados pela burocracia colaboracionista, parasitária e estatizante.

Dos CECUTs ao CONCURT, ressalta a guerra do Estado sionista de Israel ao povo palestino. A guerra na Ucrânia está caminhando para o 19º mês, sem perspectiva de solução. Os conflitos na África chegaram ao ponto de o imperialismo ameaçar jogar uma nação africana contra outra. E a guerra comercial dos Estados Unidos com a China continua sendo um dos grandes enfrentamentos que alimentam a crise mundial do capitalismo em decomposição. Na América Latina, o entusiasmo com os governos burgueses de centro-esquerda perdeu força diante de seus fracassos em responder ao bloqueio das forças produtivas e à polarização entre a riqueza altamente concentrada e a pobreza amplamente disseminada. O fracasso prematuro do governo Boric no Chile e os impasses do governo peronista na Argentina são os sintomas mais evidentes de que o nacional-reformismo perde o controle dos explorados e abre caminho para o fortalecimento da direita e ultradireita burguesas.

No Brasil, o governo Lula deu mostra suficiente, em pouco tempo, de impotência para arrancar o capital financeiro e a oligarquia capitalista do comando da política econômica. O denominado Arcabouço Fiscal, a Reforma Tributária e o estabelecimento do Marco Temporal são evidências de sujeição do governo de frente ampla ao grande capital. É bem possível que os aliados do governo no Congresso Nacional vão em frente com a Reforma Administrativa. O pequeno reanimamento econômico e a diminuição da taxa de desemprego têm fôlego curto. O desemprego e o subemprego continuam altos. A informalidade se dissemina por todas as atividades. Explode a violência policial, incentivada pela marginalidade que acomete uma massa de jovens de pobres e miseráveis. Os programas assistencialistas do governo se mostram limitados e incapazes de arrefecer a crise social.

Como se vê, o 14º CONCURT tem em suas mãos a tarefa de organizar e unificar a classe operária e os demais trabalhadores para se defenderem da superexploração e dos novos ataques que vêm não só do governo Lula, mas do conjunto dos governos estaduais e municipais. Nesse exato momento, ainda está em aberto a luta contra a privatização da Sabesp, Metrô e CPTM. A greve de 24 horas no dia 3 de outubro mostrou a disposição dos trabalhadores em enfrentar o plano de privatização, terceirização e demissão do governador Tarcísio de Freitas. Há que se levar em consideração também o fato da greve na USP estar indicando a disposição da juventude em defender o ensino público e gratuito. Constatamos nesses dois movimentos grevistas a ausência da CUT e da quase totalidade das demais centrais. A conduta passiva diante de um movimento de tal importância resulta da política de colaboração de classes e da estratégia de apoio à governabilidade de Lula. É preciso, portanto, romper essa linha nefasta de conciliação de classes e de subordinação dos sindicatos à política burguesa e suas disputas no interior do Estado. Novamente, se retorna ao eleitoralismo, de forma a dissolver as tendências de luta coletiva das massas. É o que vimos ocorrer na greve contra as privatizações em São Paulo.

Eis por que a Corrente Proletária/POR se empenha no 14º CONCURT, como se empenhou nos Congressos da CSP-Conlutas e da UNE, na defesa do programa de reivindicações, no plano de lutas e na independência das organizações sindicais. Não se trata de apresentar novas resoluções, mas sim de defender as colocadas nos CECUTs. É necessário, no entanto, acrescentar uma posição sobre a guerra do Estado sionista contra a Faixa de Gaza. O 14º CONCURT deve dar a máxima importância à crise no Oriente Médio, fixar uma posição de defesa incondicional do povo palestino contra os seus colonizadores e escravizado-

res. Passamos, então, a apresentar sinteticamente alguns pontos imprescindíveis de resoluções a serem tomadas pelos delegados.

1. a) Pelo fim imediato dos bombardeios sobre a população palestina e pela não invasão da Faixa de Gaza pelas forças militares de Israel. Denunciar e rechaçar a intervenção dos Estados Unidos, que vêm garantindo o esmagamento das massas palestinas. Colocar-se pela recuperação do território palestino, pela constituição de uma República Socialista e pela união dos trabalhadores palestinos e judeus;
b) Diante do Estado sionista armado para impor a anexação de todo o território palestino, defender o armamento das massas trabalhadoras e populares para combater o domínio militarista historicamente imposto pela criação do Estado sionista de Israel;
c) Diante do objetivo de destruir o Hamas, a CUT deve se colocar claramente em sua defesa, de forma que somente o povo palestino pode decidir sobre o seu destino. É imperativo rechaçar a caracterização sionista e imperialista de que o Hamas é uma organização terrorista. O que não significa confundir a política da classe operária pelo direito à autodeterminação do povo palestino com a do Hamas, que é determinada pelo nacionalismo e pelo obscurantismo religioso;
d) Cabe ao Congresso não só aprovar uma resolução com esse conteúdo, como também estabelecer que a CUT convoque as demais centrais, sindicatos e movimentos a se lançarem imediatamente a manifestações massivas e combativas. Cabe convocar assembleias e reuniões, bem como formar os comitês de luta em defesa dos palestinos contra seus algozes.
2. a) Fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexação e sem imposição dos Estados Unidos e sua aliança imperialista;
b) Vincular a defesa do fim da guerra na Ucrânia com o fim da guerra do Estado sionista contra o povo palestino.
3. a) Aprovar a constituição de um movimento de oposição revolucionária ao governo de Lula e de frente ampla;
b) Colocar-se pela independência política e organizativa das organizações operárias e camponesas diante do Estado e dos governos;
c) Aprovar o programa de reivindicações que tenha por base a defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas e dos métodos próprios de luta dos trabalhadores. Por um salário mínimo vital, pela redução da jornada de trabalho sem reduzir o salário e pelo fim da terceirização;
d) Organizar um movimento pelo programa de reivindicações, pela derrubada das contrarreformas e do plano de privatizações. Pela reestatização sem indenização e pelo controle da produção. Expropriação de latifúndios, nacionalização e entrega das terras aos camponeses;
e) Que o Congresso aprove a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações, bloqueios e manifestações de rua, como parte da preparação de uma greve geral.

A Corrente Proletária/POR chama os delegados a discutirem esses pontos sintetizados e demais reivindicações que não se acham colocadas nesses pontos.

***Não ao Congresso de conciliação de classes!
Por um Congresso de luta de classes!***